



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2015, QUE CELEBRAM A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA E A EMPRESA A. CANTANHEDE SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO EIRELI – EPP., PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ARES CONDICIONADOS, NA FORMA ABAIXO:

A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO, com sede nesta cidade, na Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, Cep. 65.076-820, São Luís/MA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.483.912/0001-85, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Diretor-Geral, Dr. EMMANUEL JOSÉ PERES NETTO GUTERRES SOARES, brasileiro, Promotor de Justiça, residente e domiciliado nesta Capital, inscrito no RG nº 1303890 SSP/MA e no CPF nº 437.756.163-49, e a Empresa A. CANTANHEDE SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO EIRELI – EPP., inscrita no C.N.P.J. sob o nº 15.642.391/0001-15, com sede na Av. Camboa, nº 34, Parte 1, Bairro Camboa, São Luís/MA, doravante denominada CONTRATADA, aqui representada pelo Sr. ALEKSANDRO CANTANHEDE PIRES, proprietário, inscrito no CPF nº. 647.814.613-87, e no RG nº. 530174960, têm justa e acertada a celebração do presente Termo Aditivo ao Contrato nº 014/2015, cuja lavratura foi regularmente autorizada em despacho do Diretor-Geral, conforme consta do Processo Administrativo nº 21738/2018, submetendo-se as partes às disposições constantes da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Federal 5.450/05, Portaria 1.901/05 – GPGJ e condições estabelecidas no contrato respectivo, ainda, mediante as cláusulas e condições a seguir convencionadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo aditivo tem por objeto a **prorrogação de prazo de vigência** estabelecido no Contrato nº 14/2015, de prestação de serviço de manutenção corretiva e preventiva em centrais de ares condicionados (SELF, ACJ e SPLIT), com reposição de peças, nos equipamentos de climatização de propriedade desta PGJ, em mais **12 (doze) meses com início em 28.02.2019 e término em 27.02.2020**, conforme justificativas e autorização que constam no Processo Administrativo nº 21738/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO TERMO ADITIVO

O valor total deste termo aditivo para cobrir despesas relativas à prorrogação do contrato, pelo período de **12 (doze) meses**, é R\$ **127.748,64 (cento e vinte e sete mil, setecentos e quarenta e oito reais e sessenta e quatro centavos)**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA INFORMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. Os recursos orçamentários destinados ao pagamento desta despesa correrão à Dotação Orçamentária abaixo informada:

Projeto Atividade: 2963 - Coordenação das Ações Essenciais à Justiça

Plano Interno: CAMPE

Natureza de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Nota de Empenho nº 2019NE000190.

2. A despesa reservada para o exercício subsequente será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à Procuradoria-Geral de Justiça pela Lei Orçamentária Anual.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLÁUSULA QUARTA - DA BASE LEGAL E DA VINCULAÇÃO

O presente Termo Aditivo encontra-se legalmente amparado no Art. 57, inciso II e § 2º da Lei Federal nº 8.666/93, vinculada à previsão fixada na cláusula segunda do Contrato nº 14/2015 e ao Processo Administrativo nº. 21738/2018.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

1. As demais cláusulas do Contrato original **permanecem inalteradas**, a exceção da Cláusula Quinta referente ao valor contratual, tendo em vista o disposto na Cláusula Décima Primeira – Do Reajuste.
2. A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante toda execução deste instrumento, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva Licitação e na execução do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

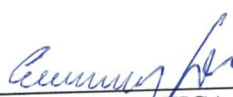
A CONTRATANTE fará publicar no Diário Oficial do Estado, seção judiciária, este instrumento de prorrogação contratual, em conformidade com o que estabelece o **parágrafo único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

As partes elegem o foro de São Luís, capital do Estado do Maranhão, renunciando a qualquer outro, ainda que mais privilegiado, para dirimir quaisquer dúvidas resultantes da execução do presente instrumento.

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e para um só fim, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo que a tudo assistiram, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

São Luís/MA, 27 de fevereiro de 2019.

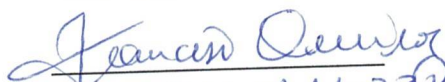


PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
EMMANUEL JOSÉ PERES NETTO GUTERRES SOARES
Diretor-Geral




A. CANTANHEDE SERV. DE REFRIG. E AR CONDIC. EIRELI - EPP
ALEKSANDRO CANTANHEDE PIRES
CPF nº. 647.814.613-87

TESTEMUNHAS



CPF nº 224 541 433-9



CPF nº 746 185 213-87



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 28/02/2019. Publicação: 01/03/2019. Edição nº 042/2019.

SUMÁRIO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	3
Procuradoria Geral de Justiça.....	3
Diretoria Geral.....	3
EXTRATOS.....	3
Comissão Permanente de Licitação.....	3
AVISO DE LICITAÇÃO	5
CAOP Consumidor	5
TERMOS DE AJUSTAMENTO.....	5
Promotorias de Justiça das Comarcas do Interior.....	5
BARREIRINHAS	12
ESTREITO	12
MATÕES	14
PASTOS BONS	19
PRESIDENTE DUTRA.....	21
SÃO BENTO	21
	22

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Procuradoria Geral de Justiça

Diretoria Geral

EXTRATOS

EXTRATO DE 5º TERMO DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 014/2015

PROCESSO Nº 21738/2018: OBJETO: prorrogação do prazo estabelecido inicialmente no Contrato nº 014/2015, cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva em centrais de ares condicionados (SELF, ACJ e SPLIT), com reposição de peças, nos equipamentos de climatização de propriedade desta Procuradoria-Geral de Justiça, nos locais indicados no item 1 do Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n.º 036/2014, em mais 12 (doze) meses, com início em 28.02.2019 e término em 27.02.2020, tudo constante do processo administrativo nº 21738/2018. BASE LEGAL: artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, vinculada à previsão fixada na cláusula segunda do contrato nº 014/2015. CONTRATANTE: Procuradoria-Geral de Justiça. CONTRATADA: A. CANTANHEDE SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO EIRELI-EPP.

São Luís, 27 de fevereiro de 2019.

EMMANUEL JOSÉ PERES NETTO GUTERRES SOARES
Diretor-Geral da PGJ

